

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO



ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA ECONOMIA E NEGÓCIOS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ATUARIAIS

JESSICA DE OLIVEIRA CASEIRO

ADOÇÃO DO IFRS EM DIFERENTES PAÍSES E PROPOSTA DO IFRS 17

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ATUARIAIS

OSASCO

2021

JESSICA DE OLIVEIRA CASEIRO

ADOÇÃO DO IFRS EM DIFERENTES PAÍSES E PROPOSTA DO IFRS 17

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Bacharelado em Ciências Atuariais da
Universidade Federal de São Paulo.

Orientador:
Prof. Dr. Roberto Bomgiovani Cazzari

(Versão Corrigida)

OSASCO

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Unifesp Osasco
e Departamento de Tecnologia da Informação Unifesp Osasco,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C337a CASEIRO, Jessica de Oliveira
Adoção do IFRS em diferentes países e proposta do IFRS17 /
Jessica de Oliveira Caseiro. - 2021.
47 f.

Trabalho de conclusão de curso (Ciências Atuariais) -
Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política,
Economia e Negócios, Osasco, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Bomgiovani Cazzari.

1. IASB. 2. IFRS 17. 3. IFRS. 4. Contratos de seguros. I.
Cazzari, Prof. Dr. Roberto Bomgiovani, II. TCC -
Unifesp/EPPEN. III. Título.

CDD: 657.021

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Leci Alves de Oliveira pelo apoio em todas as fases da minha vida. Foi um prazer inenarrável estudar a graduação de Ciências Atuariais na UNIFESP e agradeço a todo o corpo docente e discente que participou desta experiência comigo, em especial ao professor Dr. Roberto Bomgiovani Cazzari por toda a paciência que dedicou para me ajudar não apenas nesta experiência, mas também neste trabalho de conclusão de curso.

RESUMO

A Contabilidade, como uma ciência social, sofre forte influência das leis, cultura e economia de um país. Ao longo de experiências e processos históricos, diversos povos ao redor do mundo produziram seu conjunto de normas e regras contábeis, o que resultou em diferenças nos modelos de demonstrações financeiras de um país para outro. Pensando na necessidade de harmonização das normas contábeis no que se refere a contratos de seguros, e devido ao aumento de transações internacionais ao longo do tempo, o IASB construiu o normativo IFRS 4. Em 2017, uma segunda fase de discussões fez com que o IASB complementasse este tema com a criação de um pronunciamento, que veio a substituir o antigo. Este pronunciamento ficou conhecido como IFRS 17 e o IASB espera que esta padronização seja obrigatória a partir de janeiro de 2023. Tal como esperado pela literatura, as diferenças culturais levaram a estratégias diferentes para a transição em diversos países ao IFRS 17. Enquanto algumas nações estão em fase de transição (por exemplo China, Japão e Canadá), outras estão adaptando o pronunciamento aos aspectos culturais inerentes ao país ou planejando como se adaptar ao normativo (por exemplo Portugal, Índia e Brasil).

Palavras-Chave : IASB, IFRS 17, Contratos de Seguros, Adoção do IFRS.

ABSTRACT

Accounting, as a social science, is strongly influenced by country's laws, culture and economics. Throughout historical experiences and processes, several people around the world produced their set of accounting rules, which resulted in differences when creating financial reports from one country to another. Thinking about the need for standardization of accounting standards, and considering the increase of international transactions, IASB built the IFRS 4 standard. In 2017, a second phase of discussions made IASB create a brand-new standard, substituting the older one. This standard became known as IFRS17, and the IASB expects it to be mandatory as of January 2023. As expected by the literature, cultural differences have led to different strategies for the transition to IFRS 17 in different countries. While some nations are in transition (for example China, Japan and Canada), others are adapting the standard to inherent cultural aspects to the country or planning how to adapt to the regulation (for example Portugal, India and Brazil).

Keywords: IASB, IFRS 17, Insurance Contracts, IFRS Adoption.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fatores Influenciadores da Adoção das IFRS	18
Tabela 2 – Classificação Entre Fatores Culturais e Institucionais	19
Tabela 3 – Classificação do Sistema Contábil.....	20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IASB – *International Accounting Standard Board*

G20 – Grupo das 20 maiores economias do mundo

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

IASC – *International Accounting Standards Committee*

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas

APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

B3 – Brasil, Bolsa, Balcão

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

BACEN – Banco Central do Brasil

CVM – Comissão dos Valores Mobiliários

RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

CNI – Confederação Nacional da Indústria

PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar

KPMG – *Klynveld Main Goerdeler and Peat Marwick International*

UE – União Europeia

ED – Exposure Draft

PWC – *PricewaterhouseCoopers*

PAA – *Premium Allocation Approach*

BBA – *Building Block Approach*

VFA – *Variable Fee Approach*

US GAAP – *United States Generally Accepted Accounting Principles*

SMEs – *Small and medium-sized enterprises*

OSFI – *Office of Superintendent of Financial Institutions of Canada*

ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensão

DRE – Demonstração de Resultado do Exercício

PCE – Plano de Contas para Empresas

EUA – Estados Unidos da América

DGSFP – *Dirección General de Seguros y Fondos de Pensiones*

CNMV – *Comisión Nacional del Mercado de Valores*

POC - Plano Oficial de Contabilidade

NSFO – *National Organization for Financial Accounting and Reporting Standards*

RAS – *Russian Accounting Standards*

POC – Plano Oficial de Contabilidade

NAICOM – *National Insurance Commission*

IIFRWG – *Insurance Industry Financial Reporting Working Group*

NIA – *Nigerian Insurers Association*

EY – *Ernst & Young*

JSE – *Johannesburg Stock Exchange*

SAICA – *South African Institute of Chartered Accountants*

ICAI – *Institute of Chartered Accountants of India*

MCA – *Ministry of Corporate Affairs*

Ind AS – *India Accounting Standard*

IRDAI – *Insurance Regulatory and Development Authority of India*

RAS - *Russian Accounting Standards*

NSFO - *National Organization for Financial Accounting and Reporting Standards*

MOF– *Ministry of Finance*

CAS – *Chinese Accounting Standards*

FSA – *Financial Services Agency*

ASBJ – *Accounting Standards Board of Japan*

JMIS – *Japanese Modified International Standards*

NIIF – *Normas Internacionales de Información Financiera*

CMA – *Capital Market Authority*

SAMA – *Saudi Arabian Monetary Authority*

SOCPA – *Saudi Organization for Certified Public Accountants*

MASB – *Malaysian Accounting Standards Board*

SUMÁRIO

1 Proposta do IFRS17 para o Mercado Segurador	11
1.1 Objetivos do Normativo	11
1.2 Importância do Normativo	12
 2 Conceito e Origem do IFRS17	14
2.1 Origem do IFRS17	14
2.2 Proposta do IFRS17 para Estimativa do Valor dos Contratos	17
 3 Adoção do IFRS 17 em Diferentes Países	18
3.1 Adoção do IFRS 17 em diferentes países segundo o IASB	18
3.2 Potenciais influenciadores da Adoção do IFRS em Reportes Internacionais.....	20
3.3 Adoção do IFRS 17 em Blocos de Países	27
3.3.1 Bloco da União Européia	27
3.3.2 Bloco do Canadá e Estados Unidos	28
3.3.3 Bloco Africano	31
3.3.4 Bloco dos países Emergentes e em Desenvolvimento.....	32
3.3.5 Bloco das Potências Asiáticas	35
3.3.6 Bloco da América Latina	36
3.3.7 Bloco do Mundo Islâmico	37
 4 Considerações Finais	40
 5 Referências Bibliográficas	41

1. Introdução - Proposta do IFRS 17 para o Mercado Segurador

1.1 Objetivos do Normativo

Segundo o *International Accounting Standards Board* (IASB, 2020a), o G20 e outras organizações internacionais, bem como muitos governos, associações empresariais, investidores e profissionais contábeis ao redor do mundo apoiam a meta de um único conjunto de padrões contábeis globais de alta qualidade. Esse apoio ocorre porque, segundo o IASB (2020a), economias globalizadas dependem de transações internacionais e do fluxo livre de capital internacional. Empresas multinacionais, cada dia mais comuns pelo crescimento de operações financeiras internacionais ao longo do tempo, perceberam gradativamente dificuldades na divulgação de informações financeiras com particularidades de países diversos.

Complementarmente, o documento do IASB (2020a) afirma que mais de um terço de todas as transações financeiras ocorrem através das fronteiras e espera-se que esse número aumente. Anteriormente a esta tendência de operações globais, o IASB destaca que essas atividades transfronteiriças eram complicadas porque diferentes países mantinham seus próprios conjuntos de normas contábeis nacionais. Essa mistura de requisitos contábeis frequentemente agregava custo, complexidade e até mesmo risco tanto para as empresas que preparavam as demonstrações financeiras quanto para os investidores e outros que usavam essas demonstrações financeiras para tomar decisões econômicas.

De acordo com Niyama et. al (2005), para que a Contabilidade construa uma linguagem universal, é fundamental uniformizá-la para que seja compreendida mais facilmente por aqueles que utilizam suas informações, não importando o local em que se encontrem e evitando assim distorções ou interpretações equivocadas. Uma convenção de linguagem única reduziria significativamente os custos de conversão dessas informações de um padrão para outro, e isto permitiria que os recursos financeiros destinados a cobrir estes custos fossem usados de uma maneira mais lucrativa para estas entidades.

De acordo com o IASB, a aplicação das normas contábeis nacionais significava que os valores relatados nas demonstrações financeiras poderiam ser calculados em uma base diferente. Remover essa complexidade envolveu e está envolvendo para este órgão de contabilidade global estudar as minúcias dos padrões de contabilidade nacionais, porque

mesmo uma pequena diferença nos requisitos poderia ter um grande impacto no desempenho financeiro e na posição financeira relatados de uma empresa - por exemplo, uma empresa pode reconhecer lucros sob um conjunto de padrões de contabilidade nacionais e perdas sob outro.

Segundo o IASB (2020b), os objetivos do referido órgão são: estabelecer um conjunto de normas contábeis globais; promover seu uso e aplicação no maior número de países possível; e promover a convergência entre as normas contábeis locais e as normas internacionais de contabilidade. O tema uniformizar os procedimentos de divulgação de informações contábeis encaixa-se no objetivo de convergência entre normas locais e globais do IFRS. Além de garantir a comparabilidade e transparência dos relatórios, destacam-se outros benefícios do normativo, como assegurar que as informações apresentadas sejam relevantes e reflitam fielmente o impacto dos contratos das instituições financeiras nas demonstrações financeiras.

Segundo o IASB (2020), o normativo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) 17 foi desenvolvido com o objetivo fulcral de superar as limitações originais do IFRS 4 (sobre contratos de seguro, publicado em 2004), que permitia as entidades usassem uma ampla variedade de práticas contábeis para contratos de seguro, o que reflete requisitos contábeis sujeitos a melhorias e divulgações especificadas. O IASB concluiu seu estudo e publicou o IFRS 17 no dia 18 de maio de 2017, estabelecendo novos princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de contratos de seguro com este normativo. A previsão do IFRS 17 ser exigível a nível global atualmente é janeiro de 2023, a depender da jurisdição de cada país.

1.2 Importância do Normativo

Segundo a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) (2020a, p.1), a participação dos mercados supervisionados pela referida autarquia no PIB brasileiro, com dados até o mês de janeiro, considerando os setores de seguros, produtos de acumulação e capitalização foi de R\$ 23,73 bilhões em 2020 e R\$ 20,59 bilhões em 2019 (respectivamente 3,83 e 3,56 % do PIB brasileiro) – o que significa um crescimento de 0,27%.

O fluxo de valores desde a entrada de prêmios até a apuração da DRE interfere diretamente na quantidade provisionada para uma necessidade futura de cobertura de sinistros. A atuação do atuário contribui para que a seguradora tenha capacidade de garantir solvência e gerenciar a sinistralidade associada aos produtos securitários, prezando pela capacidade de honrar seus compromissos. Além da melhor comparabilidade por meio de padronização contábil, de acordo com os conceitos apresentados anteriormente, o IFRS 17 tem como objetivo uma maior transparência dos dados contabilizados para o investidor. Por este motivo, o normativo representa uma possível melhora na clareza das demonstrações financeiras das seguradoras. São objetivos deste trabalho apresentar a definição de conceitos necessários para compreensão do IFRS 17 e realizar uma revisão bibliográfica que caracterize como está ocorrendo o processo de adoção do IFRS 17 em diferentes blocos de países.

2. Conceitos e Origem do IFRS 17

2.1 Origem do IFRS 17

Segundo o IASB (2017, p.22) o normativo IFRS 17 se aplica a contratos de seguro e afeta quaisquer empresas que emitam contratos que atendem à definição de seguro. No normativo, são estabelecidos conceitos para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de informações contábeis destes contratos.

De acordo com Ivan et al. (2020), o IFRS 17 exige que as seguradoras utilizem carteiras de contratos de seguro compostas por apólices sujeitas a riscos semelhantes, que possam ser acompanhadas e gerenciadas em conjunto. Neste âmbito, Ivan et al. (2020) explica que a carteira de contratos de seguro reportada pode ser dividida em três blocos a respeito do custo dos contratos, conforme especificado a seguir:

- A) Contratos que são onerosos no momento de seu reconhecimento inicial ;
- B) Contratos que no momento do reconhecimento inicial não possuem possibilidade representativa de se tornarem onerosos no futuro;
- C) Demais contratos da carteira, se houver.

Segundo Martins et. al. (2007, p. 7) há várias motivações culturais e históricas em diversos países para a criação de órgãos normativos contábeis, destacando-se a diferença entre os países de direito romano ou continental (*code/civil law*), onde as exigências legais se originam na lei e há pouca participação do profissional contábil, e os países de direito consuetudinário (*common law*), em que as exigências legais partem do profissional contábil para os usuários da informação contábil e empresas. Destaca-se que o Brasil manteve processo normativo contábil do tipo *code law*, contraditoriamente tentando seguir a filosofia contábil da *common law*. Logo, com vistas a convergir aos padrões internacionais emanados pelo IASB, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado pela Resolução nº 1.055/05 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Nesse âmbito, são membros do CPC, representantes dos seguintes órgãos:

- ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas;

- APIMEC NACIONAL – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais;
- B3 – Brasil, Bolsa, Balcão;
- FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras;
- IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil);
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade;

Além dos membros atuais, são sempre convidados a participar, membros do:

- BACEN – Banco Central do Brasil;
- CVM – Comissão dos Valores Mobiliários;
- RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- SUSEP – Superintendência de Seguros Privados;
- FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos;
- CNI – Confederação Nacional da Indústria;
- PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar;

Assim, segundo o item 25 da proposta do pronunciamento técnico CPC 50 (correlato ao IFRS 17), o reconhecimento contábil dos valores de grupos de contratos de seguros ocorrerá no primeiro dos seguintes eventos possíveis: início da cobertura do contrato, data de vencimento do primeiro pagamento da apólice ou - no caso de um grupo de contratos oneroso - o momento em que a seguradora identifica esta disparidade de valor em relação a sua carteira e os rotula desta maneira se baseando nas definições do IFRS 17 para contratos onerosos. Além deste aspecto, de acordo com a *Klynveld Main Goerdeler and Peat Marwick International* (KPMG) (2018, p. 2), os grupos de contratos de seguros devem ser divididos em coortes anuais.

Logo, as seguradoras que desejam elaborar estratégias para adotar este novo padrão contábil de reporte e se encontram durante o período de transição para adoção destes novos conceitos podem, além de segregar diferentes tipos de contratos de sua carteira e

analisar se existem perdas financeiras no momento de seu reconhecimento inicial, se organizar para esta mudança e aprender como utilizar uma mensuração de um valor ajustado do grupo de contratos de seguros em questão. Por meio do contrato de seguro, o segurador compromete-se a garantir os interesses segurados contra riscos pré-definidos na apólice. Para receber este direito, o segurado deve realizar o pagamento do prêmio à seguradora, que ficará responsável por emitir o contrato para oferecer este serviço, que pode ter como finalidade segurar danos, vida - autorizada e regulada pela SUSEP - ou planos de saúde - autorizada e regulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

No Brasil, a SUSEP e a ANS ainda não apresentaram uma proposta de implementação dos ditames preconizados pelo IFRS 17 para suas supervisionadas. Assim, ainda não se encontra claro como o novo pronunciamento se harmonizará ao conjunto legal e regulatório atualmente adotado pelas autarquias brasileiras.

De acordo com Curvello et al. (2016, p. 56), os pronunciamentos técnicos IFRS que foram desenvolvidas e publicadas pelo IASB, se tornaram de obrigatórias para a elaboração de demonstrações contábeis na União Europeia (UE) a partir de 2005, e no Brasil em 2010. Ainda segundo Curvello et al. (2016), diante deste fato, a SUSEP desde 2008 acompanha as discussões e recepciona as normas emitidas pelo CPC em conformidade com o estabelecido no art. 10-A da Lei nº 6.385/76, incluído pela Lei nº 11.638/07. Art. 10-A. A Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras possuem autonomia para conveniar-se com a SUSEP para divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, podendo apropriar-se, total ou parcialmente dos pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas pelo CPC.

Segundo Curvello et al. (2016), em abril de 1997, o Comitê Diretor do International Accounting Standards Committee IASC (antiga denominação do IASB) aprovou o início de um projeto para o estabelecimento de uma norma internacional de contabilidade para as operações de seguros. Em 2001, Curvello et al. (2016) afirma que o IASB herdou esse projeto compreensivo de seguros, iniciado pelo IASC, e em 2003 foi elaborado um documento de exposição (minuta), chamado “Exposure Draft (ED) 5 – Insurance Contracts”, que se tornou a base para a o posteriormente emitido “IFRS 4 – Insurance Contracts”. O IASB optou, naquele momento, por dividir o projeto para que alguma norma sobre o tema fosse aprovada e entrasse em vigor mais brevemente, porém sem encerrá-lo, continuando com as discussões mais complexas.

Dessa forma, o IFRS 4 se enquadra na fase I deste processo. Curvello et al. (2016) apresenta que no IFRS 4 – Fase I, correlato ao CPC 11 no Brasil, foi alterada a norma internacional IAS 39 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e emitida outra, a IFRS 4, sobre contratos de seguro, sendo considerada pelo IASB um normativo de transição para a Fase II. O principal objetivo dessa etapa inicial foi especificar o reconhecimento contábil para os contratos de seguro por parte de qualquer entidade que os emitisse. Esse padrão contábil determinou limitadas melhorias na contabilização de contratos de seguro por parte das seguradoras e incentivou uma divulgação mais eficiente que identificasse e explicasse com mais clareza os valores resultantes desses contratos nas demonstrações contábeis dessas empresas, a partir de informações mínimas sobre as incertezas nos fluxos de caixa, risco e posição patrimonial. Curvello et al. (2016) apresenta que o IFRS 4 – Fase II foi substituído pelo IFRS 17, em que a principal contribuição é que o passivo de seguro, assim como o ativo, é representado pelo seu valor ajustado. Segundo ele, o passivo de seguro será composto pelos seguintes itens: a) margem de serviço: rentabilidade ainda não reconhecida em ganhos e perdas para a entidade prestar serviços em um contrato de seguro; b) margem de risco: compensação que uma entidade poderia requerer para aceitar a incerteza que incide sobre os montantes e as datas em que os fluxos de caixa estimados para o cumprimento do contrato seriam liquidados; c) fluxos de caixa para contratos cujo evento do sinistro já tenha sido avisado; d) fluxos de caixa estimados para o cumprimento do contrato. Curvello et al. (2016) também cita o impacto do normativo no Brasil após a revisão das normas relacionadas ao IFRS 17 feita pelo IASB, quando o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) traduziu estes princípios substituindo o pronunciamento que dizia respeito a Contratos de Seguros do IFRS 4 (CPC11) pelo CPC 50 em Junho de 2019. É importante salientar, contudo, que o CPC 50 não se encontra ainda emitido, de modo que este ainda não foi aprovado.

2.2 Proposta do IFRS17 para Estimativa do Valor dos Contratos de Seguros

De acordo a *PriceWaterhouseCoopers* (PWC, 2020, p. 4), a mensuração segundo a IFRS 17 exige a determinação de um valor atual do contrato de seguro considerando os componentes

A) Fluxos de caixa esperados: para recebimento de receitas pela seguradora (prêmios), despesas e pagamentos de sinistros. Estes fluxos contêm taxa de desconto para refletir o período de risco do contrato.

B) Ajuste de risco: valor que o segurador precisa para comportar excedente do risco do contrato.

C) Margem contratual de serviço: ganho ou perda esperada com o contrato – é a diferença entre o valor atual de um grupo de contratos e o valor destes contratos atualizados no tempo. Do conceito desta diferença pode-se inferir que quando a margem contratual é negativa, trata-se de um contrato custoso (oneroso). Este componente reflete o diferimento de lucros antecipados do contrato.

O IFRS 17 possui três metodologias especificadas para estimativa dos fluxos de caixa futuros que atualizarão o valor deste grupo de contratos. No referido documento da PWC (2020), são apresentadas as diferenças entre eles: um modelo simplificado de alocação da receita com prêmios pode ser utilizado para contratos com vigência de até 12 meses de duração, o chamado *Premium Allocation Approach* (PAA). Já um modelo geral pode ser utilizado para contratos de vigência superior a um ano – metodologia chamada *Building Block Approach* (BBA) . E por fim, um modelo de taxa variável pode ser usado quando há remuneração de ativos subjacentes – chamado *Variable Fee Approach* (VFA).

3. Adoção do IFRS em Diferentes Blocos de Países e Adoção do IFRS17

3.1 Adoção do IFRS 17 em diferentes países segundo o IASB

Segundo Nurunnabi (2018 p. 66), as normas contábeis internacionais ganharam força na Europa desde 2005 quando a adoção das IFRS se tornou obrigatória em todos os estados membros da União Europeia (UE). De acordo com o IASB (2015), até aquele momento, 138 países haviam adotado as IFRS. Destes, 114 exigiam o uso do IFRS por todas ou a maioria das empresas de capital aberto, e a maioria desses países adotava o IFRS integralmente e sem modificações. Os padrões do IASB não foram apenas endossados por economias desenvolvidas com mercados de capitais avançados, mas também foram adotados de forma mais ampla, trazendo economias de renda média, menos desenvolvidas e emergentes para o seio da economia mundial.

Após a publicação do IFRS 17 em maio de 2017, o IASB realizou a conferência em Frankfurt denominada ‘IFRS Foundation’s annual conference in Europe’ em 29 de Junho de 2018, que reuniu diversos países para discussão e acompanhamento da adoção do normativo. Neste evento, de acordo com pronunciamento do chairman do IASB, relatado pela Moody’s Analytics (2018), os primeiros a adotar as IFRS foram os estados membros da União Européia, Austrália, Nova Zelândia, Hong Kong e África do Sul. A China e o Japão adotaram o IFRS 17 posteriormente, e no período de transição permitiram que o mercado escolhesse livremente entre o normativo IFRS, modelos intermediários, IFRS modificados, o modelo United States Generally Accepted Accounting Principles (US GAAP) - no caso do Japão - e até mesmo o antigo modelo nacional de reporte financeiro. O modelo nacional chinês apresentava poucas diferenças do IFRS 17 neste período. A Moody’s Analytics (2018) analisou 300 empresas chinesas que produziam demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS para listagens duplas em Hong Kong, em mais de 200 casos não foram identificadas diferenças entre os tipos de divulgação adotados.

Conforme enunciado pela Moody’s Analytics (2018), a norma já foi aprovada na Austrália, Canadá, Hong Kong, Malásia, Nova Zelândia Cingapura, África do Sul, Suíça, China e Coreia do Sul. Segundo o IASB (2018), o IFRS17 entraria em vigor mundialmente em 2021, porém sua implantação foi adiada para Janeiro de 2023. De acordo com os órgãos reguladores nacionais de seguros do Canadá e Portugal - Office of

Superintendent of Financial Institutions of Canada (OSFI) e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensão (ASF) respectivamente - ambos os países formularam modelos e planos de ação a serem seguidos pelas companhias seguradoras neste período em que os mercados se adaptam ao IFRS 17 para reporte financeiro. Para fins exemplificativos, não há modelo de Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) no site do órgão regulador do Canadá, possuindo apenas um modelo de demonstração financeira por segmento de seguro. Já o órgão regulador de seguros de Portugal apresenta um comparativo de seu plano de contas para empresas e o novo normativo do IASB para contratos de seguros (Plano de Contas para Empresas – PCE x IFRS 17).

Ainda segundo a matéria da Moody's Analytics (2018), a Índia adotou padrões contábeis baseados nas normas IFRS 17, porém os novos padrões indianos contêm várias modificações dos requisitos do normativo. A Índia sabe que essas modificações significam que não pode aproveitar todos os benefícios do IFRS e deseja removê-los ao longo do tempo de transição. No entanto, a matéria da Moody's Analytics (2018) explica que, como sugere a experiência japonesa, o custo de manter padrões modificados é provavelmente mais alto do que o de removê-los. Entre os países analisados neste trabalho, o Japão é o país que mais permitiu que suas empresas testassem padrões de divulgações diferentes na transição para o IFRS 17.

Com o objetivo de caracterizar o processo de transição dos normativos nacionais de contabilização e divulgação de contratos de seguros para o IFRS 17, neste trabalho foi realizada uma revisão de literatura sobre o processo de adoção do IFRS no mercado segurador em blocos de países: Bloco da União Europeia (continente do criador dos padrões IFRS), bloco do Canadá e Estados Unidos, bloco Africano, bloco de Potências Asiáticas, Bloco da América Latina, bloco de países em Desenvolvimento, e bloco do Mundo Islâmico.

3.2 Potenciais influenciadores da Adoção do IFRS em Modelos de Divulgação Internacionais

Nobes (1998) analisa fatores que influenciaram a utilização das IFRS por diferentes nações. No início de sua análise na página 163, são apresentados fatores antecedentes a uma classificação de sistemas de contabilidade (termo utilizado para se referir a relatórios

financeiros usados por uma empresa). Os autores Choi e Mueller (1992), Radebaugh e Gray (1993), Belkaoui (1995) e Nobes e Parker (1995) serviram de referência para Nobes (1998) elencar 17 fatores previamente propostos para as diferenças analisadas, listados na Tabela 1

Tabela 1: *Fatores Influenciadores da Adoção das IFRS*

1	Natureza da propriedade do mercado e sistema financeiro
2	Herança colonial
3	Invasões
4	Impostos
5	Inflação
6	Nível de Educação
7	Idade e tamanho da profissão contábil
8	Estágio de Desenvolvimento Econômico
9	Sistema Legal
10	Cultura
11	História
12	Geografia
13	Língua
14	Influência da Teoria
15	Sistema Político, Clima Social
16	Religião
17	Acidentes

Fonte: Nobes (1998, p. 163, Tabela 1).

Complementarmente, dois outros modelos com variáveis similares às listadas anteriormente para razões de diferenças em demonstrações contábeis foram propostos por Gray (1988) e Douppnik e Salter (1995) e analisados por Nobes (1998) em seu seminal trabalho. A partir desta análise, Nobes (1998) gerou uma classificação dos fatores que influenciam estas diferenças, categorizando-os entre fatores culturais e institucionais conforme a Tabela 2:

Tabela 2: *Classificação Entre Fatores Culturais e Institucionais*

Culturais	Institucionais
Individualismo	Sistema Legal
Poder de Distanciamento	Mercado de Capitais
Prevenção de Incerteza	Impostos
Masculinidade	Níveis de Inflação
	Nível de Educação
	Nível de Desenvolvimento Econômico

Fonte: Nobes (1998, p.164, Tabela 2)

Esta relação será retomada para basear o modelo proposto por Nobes (1998) para analisar as diferenças dos modelos de divulgação financeiros de diversos países. No início da definição deste modelo, Nobes (1998) explora as duas primeiras variáveis de seu modelo; “cultura do país” e “força de ações em sistemas financeiros externos”. Como terceira variável no modelo proposto, o autor estuda como o “tipo de empresa” se relaciona com a segunda variável, onde é apresentada a subdivisão em empresas de “domínio interno” – com controle de participação em um pequeno número de acionistas - e “domínio externo”, caso contrário. O “nível de auto suficiência cultural do país” é a quarta variável deste modelo, distinguindo países culturalmente auto suficientes de países culturalmente dominados. Como exemplo deste conceito, Nobes (1998) cita países com forte cultura indígena em contraste com outros países que importam cultura e são fortemente influenciados por domínio externo.

A quinta variável final é o tipo de sistema de divulgação financeiro. Esta variável distingue países entre Classes A e B de acordo, tal como denotado na Tabela 3.

Tabela 3: *Classificação do Sistema Contábil*

Característica	Classe A	Classe B
Provisões para depreciações e pensões	Prática contábil difere da utilizada na legislação de impostos	Prática contábil segue a legislação de impostos
Contratos de longo prazo	Método de porcentagem de conclusão	Método do contrato completo
Ganhos cambiais não liquidados	Levado para a renda	Diferido ou não reconhecido
Reservas Legais	Não Encontradas	Exigidas
Formato de Lucro ou Prejuízo	Despesas registradas por função (exemplo: custo de vendas)	Despesas registradas por natureza (exemplo: Total de Salários)
Declarações de Fluxo de Caixa	Exigidas	Não exigidas ou exigidas esporadicamente
Divulgação do Lucro por ação	Exigido para empresas Listadas em Bolsa de Valores	Não exigido ou exigido esporadicamente

Fonte: Nobes (1998, p. 168, Tabela 4)

Nobes (1998) enfatiza que mais de um sistema contábil pode ser usado em um país em particular, e apresenta o modelo definido através de proposições (premissas), listadas abaixo:

Proposição 1 : O sistema contábil dominante em um país culturalmente auto suficiente com forte domínio externo em ações é de Classe A.

Proposição 2 : O sistema contábil dominante em um país culturalmente auto suficiente com fraco domínio externo em ações é de Classe B.

Proposição 3 : Um país culturalmente dominado possui sistema contábil importado de um país dominante , independente da força do domínio externo em ações.

Proposição 4 : Na medida que um país estabelece um forte mercado de ações com foco externo, seu sistema contábil muda, da Classe B para a Classe A.

Proposição 5: Empresas externas em países com fraco domínio externo do mercado de capitais passarão para a contabilidade da Classe A.

Masca (2012), por sua vez, estuda a existência da influência cultural e geográfica sobre a contabilidade local na adoção das IFRS, com o foco nos países membro da União Europeia. Ao realizar uma revisão bibliográfica sobre os fatores que justificam esta influência, Masca (2012, p. 568) afirma uma das proposições elaboradas por Sorensen e Kyle (2007) a respeito da dificuldade de melhorar a comparabilidade e a convergência além das fronteiras, explicando que quando um usuário lida com declarações elaboradas por empresas estrangeiras ou transnacionais, mesmo eles acreditando que as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as IFRS, elas ainda devem ser preparadas para moderar suas próprias expectativas relacionadas com idioma, moeda, práticas contábeis, métodos e políticas e apresentação de técnicas.

Masca (2012, p. 568) assinala ainda, que entre 2000 e 2004 na Romênia, o sistema legal falhou na tentativa de impor padrões. A conformidade com as normas internacionais foi fornecida apenas no papel e não na prática financeira, o que não permitiu que a qualidade dos relatórios financeiros melhorasse.

Nestes dois pontos expostos, é possível estabelecer um paralelo com a análise de Nobes (1998) onde os padrões IFRS são exigidos ou exigidos parcialmente, e podem existir exigências esporádicas, que conforme expostas na análise de Masca (2012) não se aplicam a todos os tipos de empresa do mercado regulado, com diferenças no padrão de divulgação das informações financeiras observado entre grandes, pequenas ou médias empresas.

Após a publicação e exigência do IFRS pela Comissão da União Europeia, este órgão realizou um estudo sobre a possibilidade de adoção das IFRS para pequenas e médias empresas a nível da UE. Parte do questionário respondido por 44 instituições foi analisado por Masca (2012) para embasar sua investigação, onde foram priorizados os seguintes aspectos dos respondentes da pesquisa: número representativo de instituições respondentes; categorias de instituições: contabilidade regulatória definida, organismos interessados na evolução da contabilidade nos Estados-Membros e a amostra de instituições ser representativa de todas as áreas culturais e geográficas da UE. Em suas considerações finais, Masca (2012, p. 174) explana que as IFRS foram exigidas a nível total, e que as opiniões de organizações sobre o uso das IFRS para pequenas e médias

empresas em grande escala, dentro de estrutura legal, na Europa, são influenciadas pela cultura contábil da área geográfica que operam, uma vez que as respostas pertencentes a instituições de mesmas áreas geográficas e culturais foram convergentes.

Um fator contrário à adoção do IFRS no mercado europeu analisado por Masca (2012) é a utilidade e o respectivo custo associado à preparação de relatórios financeiros para a contabilidade nacional e IFRS. Este fator pode ser ressaltado como uma leitura diferente das variáveis analisadas entre diferentes nações por Nobes (1998), uma vez que não apenas entre diferentes nações, mas entre diferentes tamanhos de instituições é possível identificar padrões que facilitam ou distanciam a aplicação das IFRS.

Por sua vez, Shima e Young (2012) analisam dez elementos influenciadores da adoção das IFRS entre países distintos. São eles : Mercado de Capitais, Financiamento da Dívida Externa, Sistema Legal, Impostos, Colonização, Alianças Comerciais, Inflação, Desenvolvimento Econômico, Educação e Cultura. O primeiro deles, citado na página 279, se relaciona com a própria referência de Nobes (1998) sobre sistemas fortes de ações que são normalmente dominados por agentes externos. Shima e Young (2012) citam que em países onde o mercado de capitais é dominante, a contabilidade assume um mercado orientado a padrões mais elevados de divulgação de informações financeiras. Os autores relacionam a Teoria da Agência (proposta por Jensen e Meckling, 1976) com este fenômeno, quando a relação assimétrica entre empresas e fornecedores de capital mais distante aumenta, o que estimula a demanda por mais divulgações financeiras.

Shima e Young (2012) citam o trabalho de Ramanna et al. (2009) para ressaltar que países com mercado de ações mais desenvolvidos como os Estados Unidos da América (EUA), por exemplo, geralmente têm padrões contábeis considerados mais avançados e podem ser relutantes em adotar alternativas se os padrões não são considerados tão rigorosos quanto os seus próprios. Já países com mercados de capitais menos avançados podem estar mais inclinados a adotar internacionalmente padrões mais reconhecidos, em um esforço para sinalizar suas intenções de atrair capital estrangeiro. Em contrapartida, países em desenvolvimento e países do Pacífico Asiático reagiram negativamente em desenvolvimento do mercado de capitais e crescimento econômico após a adoção do IFRS, de acordo com Larson e Kenny (1995) e Guan e Lau (2004).

A respeito do fator dívida externa, Shima e Young (2012, p. 279) afirmam que as informações contábeis são comunicadas mais eficientemente por meio de canais privados, reduzindo a necessidade de divulgação pública e seus custos. No entanto, a coleta de

informações privadas pode ser mais difícil entre países, e o financiamento da dívida externa se beneficiaria de uma maior divulgação de informação financeira por meio das exigências das IFRS, com relação à transparência destas informações.

Sobre o fator sistema legal, Shima e Young (2012, p. 280) descrevem que em países de direito consuetudinário, a assimetria de informações é provavelmente resolvida por divulgações públicas oportunas e maiores aos acionistas, enquanto a comunicação em países de direito continental é mais provável de ser conduzida de forma mais privada entre os principais grupos políticos. Como resultado, os padrões contábeis em países de direito consuetudinário podem ser semelhantes ao IFRS, tornando a adoção destes normativos mais fácil e executável.

A respeito da tributação (impostos) e colonização também citadas nos primeiros elementos analisados por Nobes (1998), segundo Shima e Young (2012), a adoção das IFRS pode aumentar os custos de modificação dos impostos, alterando os atuais cálculos de impostos e relatórios financeiros. Assim, o crescimento da importância da tributação (ou crescimento da tributação propriamente dita) diminui a tendência do país em adotar as IFRS. Segundo Nobes (1998), tradições contábeis podem ser transmitidas para outros países por meio do colonialismo para suas colônias e observa-se que muitos países fora da Europa podem ter herdado seus sistemas contábeis por este caminho.

A respeito das alianças comerciais, este fator não é considerado entre os analisados por Nobes (1998). Contudo, organizações internacionais cujos objetivos principais são criar maiores ganhos econômicos por meio do comércio e investimento mútuos, aumentaram com a formação de grupos como a União Europeia (UE) e outros. A adesão a esses grupos gera incentivos para diminuir as diferenças entre os membros para facilitar a contratação internacional. Por exemplo, vender crédito além de fronteiras envolvendo análise financeira pode ser facilmente feito se as regras contábeis forem familiares.

Os demais fatores analisados por Shima e Young (2012) também foram considerados na análise de Nobes (1998). Em especial, a inflação é citada pelos autores como um fator de difícil previsibilidade quanto à tendência de adoção das IFRS. É ressaltado que muitos países sul-americanos com inflação historicamente alta relutam em adotar as IFRS dado que nestes casos, os criadores de padrões se adaptaram à inflação estabelecendo regras mais complexas de regulação.

Por sua vez, o fator de desenvolvimento econômico se apresenta como ambíguo, na medida em que uma vez que crescem transações de um mercado, o processo para registrá-las e relatá-las necessariamente se torna mais sofisticado. Logo, mesmo que a adoção dos IFRS permita um maior acesso ao mercado de capitais internacionais, seu custo de implementação é elevado, podendo dificultar sua aplicação na prática. Nesse âmbito, na medida em que os padrões e práticas contábeis se tornam mais complexos, a capacidade de aplicar e interpretar esses padrões e práticas dependerá do nível educacional desta nação.

Finalmente, Shima e Young (2012, p.283) apresentam o último fator, a Cultura, que é composto por muitas formas, incluindo religião, língua e padrões de comportamento humano. Entre estas formas, a prevenção de incerteza é o mais relevante na classificação, porque sociedades que operam com alta prevenção de incerteza tendem a preferir sistemas relativamente mais secretos e assumem postura mais conservadora para gerenciar riscos. Em nações de alta prevenção de incerteza, as assimetrias de informação são solucionadas trocando informações de forma privada, e as divulgações financeiras tendem a ser mais baixas, portanto, distanciada da transparência proposta nas IFRS.

3.3 Adoção do IFRS em Blocos de Países

3.3.1 Bloco da União Europeia

Os pronunciamentos técnicos dos IFRS nasceram na União Europeia (mais especificamente na Inglaterra) e vem sendo adotados de maneiras diferentes entre os mais distintos países de sua composição. Foram destacados dois exemplos com o objetivo de apresentar diferentes formas de adoção do normativo IFRS17.

De acordo com a Deloitte (2020a) em Março de 2001, foi criado um comitê de peritos dos setores público e privado com a intenção de elaborar um relatório para analisar a conformidade da regulamentação espanhola com as recomendações da União Europeia, bem como definir se o modelo reflete os padrões do IASC (antiga denominação do IASB). Este comitê também incluiu representantes dos órgãos reguladores como *Banco de Espanha*, *Dirección General de Seguros y Fondos de Pensiones (DGSFP)*, *Comisión*

Nacional del Mercado de Valores (CNMV), etc. O relatório deste comitê tinha em consideração as propostas de regulamento emitidas pelo Parlamento Europeu em Fevereiro de 2001, para o qual todas as sociedades cotadas na UE deveriam apresentar demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as *International Accounting Standards* (IAS) até 2005. Entre as questões que esta comissão considerou prioritárias, encontrava-se a necessidade imediata de abordar com maior profundidade assuntos até então não regulamentados de forma suficientemente pormenorizada nas regras espanholas ou que estavam em discussão e tinham impacto sobre os normativos de contratos de seguros (por exemplo, avaliação de instrumentos financeiros) e apresentação obrigatória de demonstrações de fluxo de caixa (segundo a então aplicada regulamentação espanhola, uma declaração de fontes e aplicação de fundos). Atualmente a Espanha, como estado membro da União Europeia adota *in totum* os IFRS. No que concerne especificamente ao IFRS 17, todos os estados membros tem até 2023 para colocá-lo em vigor.

Em Portugal, de acordo com Silva e Couto (2007, p. 2), apesar das melhorias contínuas desde a implementação das primeiras normas de contabilidade em 1977 (Plano Oficial de Contabilidade - POC), a União Europeia motivava a harmonização contábil entre os seus diferentes estados membros. Com este intuito, foi aprovada a Lei Regulamentar CE N.º 1606/2002, obrigando a todas as empresas públicas, após o ano de 2005, passarem a ter contas consolidadas de acordo com o IFRS, conforme desenvolvido pelo IASB. De acordo com o documento do ASF , IFRS 17 – Apresentação PCES , a transição dos padrões nacionais de Portugal para o modelo IFRS 17 está ocorrendo até o final de 2021, com o objetivo de entre 2021 e 2022 o ASF (regulador de seguros em Portugal) realize um estudo de impacto desta transição no mercado. Na apresentação sobre o PCES e o IFRS 17, o ASF apresentou a estrutura a ser adotada para reportes financeiros juntamente com um plano de quatro fases discutido na UE sobre uma adoção gradual do IFRS 17 até 2021.

3.3.2 Bloco do Canadá e dos Estados Unidos

Oliveira (2014, p. 51) explica que nos Estados Unidos, por razão da colonização inglesa, o sistema de precedentes adotado é muito semelhante ao modelo inglês. As decisões

proferidas pelo mesmo órgão ou por órgão ao qual o magistrado é ligado vinculam seus julgados, mas com uma importante exceção. Desta forma, a Suprema Corte Federal e as Cortes Supremas Estaduais não estão vinculadas às suas próprias decisões, o que permite a esses tribunais reverem suas posições que se tornaram defasadas, por meio da técnica denominada ‘*overruling*’.

Khan, et. al (2020, p. 410) afirma que o Canadá adotou o IFRS em 2011. Foi constatado por eles que a adoção forneceu um experimento natural útil para avaliar o possível impacto do IFRS na listagem internacional nas bolsas de valores dos EUA, na medida em que antes da adoção do IFRS, a contabilidade geralmente aceita no Canadá princípios (GAAP) era considerados compatível com o US GAAP. Não obstante, a cultura canadense, ambiente político, força regulatória, instituições jurídicas/econômicas e estabilidade são mais semelhantes às do EUA do que qualquer outro país do mundo. Além disso, o Canadá está vinculado aos EUA tanto geográfica e economicamente - os países compartilham a fronteira mais longa do mundo e o Canadá é o maior parceiro comercial dos EUA.

No Canadá, o Escritório de Superintendência de Instituições Financeiras (OSFI) regula a solvência e a solidez financeira da maioria das companhias de seguros gerais. Segundo Parecer deste órgão sobre a transição das seguradoras na adoção do IFRS17 - *IFRS 17 Transition and Progress Report Requirements for Federally Regulated Insurers* publicado em Maio de 2018, depois de revisar vários fatores (por exemplo, consistência entre as seguradoras, capacidade operacional, etc.), a OSFI determinou que as seguradoras reguladas não deveriam adotar o IFRS 17 antes de sua data primeira de vigência estipulada pelo IASB como 1º de janeiro de 2021. A OSFI também determinou que as seguradoras deveriam apresentar relatórios sobre esta implementação que detalhassem a situação do projeto de transição de normativos e quaisquer decisões materiais que tomassem.

Diante dos prazos apresentados neste pronunciamento ao mercado canadense de seguradoras reguladas, o primeiro relatório para acompanhamento da OSFI foi entregue pelas seguradoras reguladas até o prazo limite de 30 de setembro de 2018. Foram criados ainda três relatórios para acompanhamento semestral entregues à OSFI até 31/03/2019, 30/09/2019 e 31/03/2020. Portanto, pode-se dizer que o órgão regulador está em fase de acompanhamento da implementação do normativo no mercado há quase dois anos e estão previstos mais dois relatórios a serem entregues em 30/09/2020 e 31/03/2021.

Em Março de 2020, a OSFI publicou uma atualização refletindo o impacto da COVID-19 sobre o Projeto IFRS 17 e do adiamento pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) na data de vigência do IFRS 17 para 1º de janeiro de 2023. Em 07 de Agosto de 2020, houve uma atualização deste pronunciamento onde foi confirmada a suspensão dos relatórios de progresso semestrais sobre a implementação do IFRS17 até 30/09/2020, quando o tema seria discutido novamente pelo regulador de seguros canadense.

Se tratando dos Estados Unidos, de acordo com a *Tata Consultancy Services* (2020) para contratos de seguro de curto prazo, empresas ‘globais’ terão que cumprir mais de um padrão de demonstração financeira, incluindo o US GAAP e o IFRS, aumentando a complexidade de seus padrões de divulgação. A *Tata Consultancy* (2020) ressalta que as seguradoras devem apresentar cálculos detalhados com suporte de informações verificáveis. No entanto, verificou-se que estas não possuem requisitos necessários para lidar com esta mudança, tais como tempo limitado para esta implementação, dificuldade na coleta e análise de dados e escassez de profissionais que receberam treinamento sobre o IFRS 17. Entre as diferenças entre o US GAAP e o IFRS 17 apresentadas pela *Tata Consultancy Services* (2020), se destacam:

I) Escopo: Enquanto o IFRS 17 se aplica a qualquer companhia (seguradora ou não) que emita contratos de seguro, o US GAAP tem regras de contabilização diferentes para contratos emitidos por entidades seguradoras e entidades não seguradoras.

II) Grupo de Contratos: O IFRS 17 prevê divisão entre contratos de seguros onerosos, não onerosos e contratos com potencial de se tornarem onerosos. Dentro destes três grupos, o IASB solicita a apresentação destas informações divididas em intervalos anuais. Por outro lado, o US GAAP prevê que os contratos de seguro sejam agrupados de acordo com a forma que a entidade os adquire, medindo a sua lucratividade. No US GAAP, não há exigência de intervalos anuais que permitam verificar se há deficiência de prêmios.

III) Ajuste de Risco Não Financeiro: No IFRS 17, esta parcela tem a função de quantificar a incerteza do valor no tempo e fluxos de caixa do risco não financeiro. No USGAAP, existe provisão para riscos de desvios adversos, porém ela só se aplica a contratos de longa duração.

IV) Distribuição do Risco: No IFRS 17, a entidade deve identificar se o fluxo de caixa de um grupo de contratos interfere no fluxo de caixa de outros grupos. Esse fator

mede o fluxo de caixa de cumprimento destes contratos. No US GAAP por outro lado, não existe o conceito de mutualização.

V) Reconhecimento de Perdas: O IFRS 17 obriga o reconhecimento de perdas financeiras se no momento do reconhecimento inicial os fluxos de caixa de cumprimento do contrato são líquidos de saídas, se há mensuração subsequente ou se o valor da margem de serviço contratual se torna zero. No US GAAP, esse reconhecimento de perdas requer acúmulo das perdas prováveis quando existe deficiência de prêmio relacionada ao contrato de seguro.

VI) Custos de Aquisição: No IFRS 17, o custo de aquisição pode ser considerado como despesa no ano em que incorre ao invés de ser amortizado. Já no US GAAP, os custos de aquisição devem ser diferidos e amortizados.

VII) Reconhecimento de Receita: No IFRS 17 os prêmios são reconhecidos conforme proporção de período do contrato. Se o contrato possui mais de um ano, a entidade deve avaliar qual será o desconto aplicado ao fluxo de caixa deste contrato. Já no US GAAP, os descontos não se aplicam a contratos de curto prazo.

3.3.3 Bloco Africano

De acordo com o The Guardian (2020), a National Insurance Commission (NAICOM) criou o Insurance Industry Financial Reporting Working Group (IIFRWG) para elaborar diretrizes que possam ser adotadas para a implementação do IFRS 17 no mercado de seguros do país. IIFRWG é liderado pelo diretor do NAICOM, Bareneka Thompson, e composto pelos principais interessados e parceiros de desenvolvimento do normativo na KPMG, PWC, Ernst & Young (EY), Bekoda, Diretores Financeiros de companhias de seguros selecionadas, especialistas atuariais da NAICOM e os Comitês Técnicos de Contabilidade da Nigerian Insurers Association (NIA). Foram incumbidos de formular uma diretriz viável de melhores práticas internacionais que poderia ser comparável a outras jurisdições. Segundo o NAICOM, a IIFRWG é uma equipe de consultoria e auditoria constituída para fornecimento de aconselhamento técnico sobre a adoção do IFRS 17 e Interpretações IFRS sobre questões específicas atinentes aos contratos de seguro e sua aplicação na Nigéria. É esperado que o IFRS17 seja implementado no país em 2022.

A Comissão posteriormente, em 28 de janeiro de 2020, emitiu o roteiro sobre a adoção do IFRS 17 para a indústria de seguros na Nigéria. As atividades e cronogramas no Roteiro têm como objetivo definir o processo e etapas de ação. Ele foi emitido para adoção geral por todas as companhias de seguros na Nigéria. O Grupo de Trabalho utilizará estes roteiros para analisar a implantação do IFRS 17 no país.

No que diz respeito à África do sul, Sellami e Slimi (2016, p. 88) dividem a adoção do IFRS em duas fases: na adoção de IFRS pré-obrigatória (período 2002-2004) e o período pós-adoção obrigatória (2010-2012). Como resultado de longa colonização, o governo da África do Sul e o sistema jurídico refletem a *Common Law* britânica, sendo que a estrutura legal para relatórios corporativos na África do Sul é regida pela Lei das Sociedades de 1973 (No. 61). Em meados da década de 90, os reguladores financeiros da África do Sul concordaram em usar os padrões internacionais como base para novos padrões, adaptados para condições locais. De acordo com Prather-Kinsey (2006), o *South African Institute of Chartered Accountants* (SAICA) tem adotado o IFRS com pequenas modificações ocasionais mais especificamente desde 1995.

Ainda segundo Sellami e Slimi (2016, p. 89), em outubro de 2000, a *Johannesburg Stock Exchange* (JSE) na África do Sul exigiu que as empresas listadas preparassem suas demonstrações financeiras anuais de acordo com a lei aplicável. O JSE divulgou suas emendas finais para os requisitos de listagem em 15 de maio de 2003 e após esta revisão, exigiu que todas as empresas listadas adotem as normas internacionais de relatórios financeiros nos anos financeiros com início em 2005 ou após 1 de Janeiro de 2005 para o estabelecimento das suas demonstrações financeiras. Assim, existiam dois grupos de empresas listadas no Sul África em 2005: aqueles que já haviam adotado o IFRS antes de 2005 por escolher voluntariamente se converter, e aqueles que se converteram em 2005. Segundo a Deloitte (2017), a África do Sul adota o IFRS 4 e se prepara para a adoção do padrão IFRS 17, que entrará em vigor em 2023.

3.3.4 Bloco dos países emergentes e em desenvolvimento

Adhana (2020, p. 478) apresenta os aspectos anteriores a adoção do IFRS 17 na Índia, um país que implementou uma política de convergência gradual para IFRS. No processo, ela

solucionou vários problemas locais e absorveu as implicações de convergência. A principal motivação ao alinhamento de padrões de contabilidade indianos com os praticados no resto do mundo ganhou impulso desde 1991, parte de uma iniciativa para abrir a economia indiana e atrair a participação estrangeira em tecnologia, negócios e investimento. Como os EUA eram a principal fonte desses recursos, a Índia alinhou sua contabilidade com o US GAAP para atender à necessidade de transparência nos relatórios financeiros por investidores estrangeiros. O alinhamento bem-sucedido do GAAP indiano com o US GAAP foi incentivo essencial à participação estrangeira em negócios indianos. Não obstante, foi igualmente importante a criação de um instituto para revisões contábeis indiano - *Institute of Chartered Accountants of India* (ICAI) com experiência e reputação por trazer tais mudanças em relação a padrões contábeis, governança, treinamento e marcos regulatórios. O Conselho do ICAI emitiu, até o momento, 29 Normas de Contabilidade. Com a retirada de duas, restam efetivamente 27 Normas de contabilidade atuais.

O ICAI iniciou em 2006 o processo de mudança para o IFRS com objetivo de aumentar a transparência das informações financeiras comunicadas pelas empresas financeiras indianas. Essa decisão foi tomada após a análise detalhada dos requisitos para aplicação do IFRS gerar discussões extensas.

Por meio de seu comunicado em 18 de janeiro de 2016, o *Ministry of Corporate Affairs* (MCA) apresentou o roteiro para a implementação das Normas de Contabilidade da Índia (Ind AS) por bancos, empresas financeiras não bancárias (entre elas seguradoras), todas as instituições indianas de empréstimos a prazo e refinanciamento, tornando o Ind AS aplicável às entidades a partir de 1 de abril de 2018. O lançamento do IFRS 17 levou o *Insurance Regulatory and Development Authority of India* (IRDAI) a revisar sua posição sobre o assunto de implantação do Ind AS no setor segurador, considerando o seguinte: a Índia não tinha um padrão contábil equivalente ao IAS 39, sobre Instrumento Financeiro: Reconhecimento e Mensuração. Assim, a implementação do Ind AS na forma presente levaria a uma posição em que os ativos seriam avaliados com base no valor justo / valor de mercado e os passivos continuariam a ser avaliados de acordo com a abordagem baseada em fórmula anteriormente existente.

Isso levaria a um descasamento na avaliação do ativo e do passivo e causaria volatilidade nas demonstrações financeiras das seguradoras. Os custos de conformidade teriam de ser incorridos duas vezes - uma imediatamente na implementação do Ind AS e, segundo,

quando o IFRS 17 fosse implementado na Índia. Logo, o país aplicou um plano de quatro fases baseado no *score* de instituições financeiras para realizar a implantação do IFRS 17 nos demais segmentos. Porém, devido aos fatos descritos anteriormente, o IRDAI adiou a implementação de Ind AS no setor de seguros na Índia por um período de dois anos até 1º de abril de 2020 por meio de uma circular emitida em 28 de Junho de 2017.

No entanto, a Autoridade de Regulamentação e Desenvolvimento de Seguros da Índia (IRDAI) decidiram adiar a implementação do Ind AS (Normas de contabilidade indianas) no setor de seguros até a emissão final do IFRS 17. Ainda em 2020, o normativo sofre alterações pontuais pelo IASB.

De acordo com a Deloitte (2020b), por razões históricas, a estrutura de relatório financeiro da Rússia foi determinada e regulamentada pelo estado, em vez de ser desenvolvida por órgãos de contabilidade ou especializados. Isso porque os principais usuários das demonstrações financeiras estatutárias russas com base nos padrões contábeis russos – *Russian Accounting Standards* (RAS) são as autoridades fiscais e outras autoridades estaduais, e não a administração privada ou terceiros, tal como acontece na China. As IFRS são exigidas para as demonstrações financeiras consolidadas de todas as entidades cujos valores mobiliários estão listados em bolsas de valores, para bancos e outras instituições de crédito, companhias de seguros (exceto aquelas com atividades limitadas a seguro médico obrigatório), fundos de pensão não governamentais, empresas de gestão de investimento e fundos de pensão e câmaras de compensação.

Além disso, certas empresas estatais são obrigadas a preparar demonstrações financeiras consolidadas em IFRS por decretos separados do governo russo. Demonstrações financeiras independentes (separadas) para todas as entidades devem ser preparadas usando as normas nacionais. Ainda segundo Deloitte (2017), as IFRS fazem parte da estrutura legislativa russa; A Lei Federal 208-FZ afirma que as normas e interpretações emitidas pelo IASB são endossadas para adoção na Rússia pelo governo russo em consulta com o banco central do país. As normas recém-emitidas passam por uma perícia técnica do *National Organization for Financial Accounting and Reporting Standards* (NSFO), uma organização independente designada pelo ministério das finanças russo. Com base nos resultados da perícia, o Ministério emite decisões de endosso. Apesar de ter sido adotado na Rússia, ainda se destacam as seguintes diferenças entre o aplicado no país e o IFRS: o conceito de valor justo não é aplicado no RAS: ativos financeiros não cotados são contabilizados ao custo ou custo amortizado (menos provisão para redução

ao valor recuperável). Além disso, as receitas ou despesas são frequentemente reconhecidas após o recebimento da documentação de suporte da transação de acordo com as regras fiscais.

3.3.5 Bloco das Potências Asiáticas

Defond et al. (2018, p. 2) estudaram a adoção do IFRS na China e verificaram que o *Ministry of Finance of the People Republic of China* (MOF) declarou sua intenção de convergir às normas do *China Accounting Standards* (CAS) com IFRS em 2005. Os novos padrões foram lançados em 2006 com implementação obrigatória por empresas públicas a partir de 1º de janeiro de 2007. Estes padrões foram projetados para convergir o nacional (CAS) com IFRS, eliminando assim as diferenças atuais entre IFRS e CAS, e prevenindo o surgimento de futuras diferenças. Há um acordo geral de que os novos padrões são substancialmente equivalentes a IFRS. Em 2009, O MOF criou um normativo para contratos de seguro com diversos conceitos traduzidos do Projeto do IASB para o IFRS 17.

Com relação ao Japão, Nobes e Zeff (2016, p. 286) afirmam que as empresas japonesas com ações negociadas publicamente nos Estados Unidos já haviam sido autorizadas pelas autoridades japonesas a usar o US GAAP para declarações consolidadas de suas demonstrações financeiras para a *Financial Services Agency* (FSA). A partir de 2010, certas empresas japonesas foram autorizadas a usar o IFRS para seus relatórios consolidados. As condições originais estabelecidas pelo Conselho de Contabilidade Empresarial da FSA em 2009 eram que a empresa: (1) estava listada no Japão; (2) tinha funcionários qualificados em IFRS; e (3) estava sujeito à regulamentação de títulos estrangeiros ou tinha uma grande subsidiária estrangeira (capital de pelo menos ¥ 2 bilhões). No entanto, o escopo foi expandido em 2010 para incluir as demonstrações consolidadas de uma subsidiária japonesa cuja controladora atende aos critérios acima. Então, em 2013, a primeira e a última condição acima explanadas foram removidas, deixando apenas a segunda condição. Assim como na Austrália e na UE, existe um processo formal de análise das IFRS: as normas devem ser ‘designadas’ pela FSA, mas até o momento não houve nenhum caso de não designação. Entretanto, as empresas

demoraram para aceitar a permissão de fazer as demonstrações financeiras usando o IFRS.

A FSA aprovou adoção gradual das IFRS. Além disso, uma recente aceleração no número de empresas que adotam os IFRS pode ser atribuída ao apoio político de clareza incomum em favor da adoção das IFRS. Em seguida, o governo centrou-se em incentivar este movimento; em junho de 2013, o Partido Liberal Democrático que governava o Japão, solicitou o uso do IFRS para aumentar sua aplicação para cerca de 300 empresas até o final de 2016. Então, em 2015, o 'Plano de Revitalização do Japão' incentivou ainda mais o uso do IFRS. Uma questão completamente distinta relacionada ao Japão é que, em 2015, o *Accounting Standards Board of Japan* (ASBJ) emitiu duas versões do IFRS para a transição: a versão modificada *Japanese Modified International Standards* (JMIS) e a versão padrão do IASB, que foram permitidos em 2016. Atualmente, estes padrões foram se aproximando e hoje são considerados equivalentes. O resultado é que, por um período, a maioria das empresas poderia escolher entre o GAAP japonês, IFRS e JMIS; ou ainda para o caso de algumas empresas, poderiam usar o US GAAP.

Retomando a análise iniciada no pronunciamento do *chairman* do IASB, relatado pela *Moody's Analytics* (2018), A China e o Japão adotaram o IFRS 17 propondo um período de transição onde permitiram que o mercado escolhesse livremente entre o normativo IFRS, modelos intermediários, IFRS modificados, o modelo US GAAP (no caso do Japão) e até mesmo o antigo modelo nacional de demonstrações financeiras. Atualmente, ambos os países utilizam o IFRS 17 na demonstração de informações financeiras internacionais.

3.3.6 Bloco da América Latina

Dominguez (2018, p. 10) afirma que o normativo 335 da Constituição Nacional define que a atividade seguradora na Colômbia é de interesse público, e consequentemente só pode ser exercida no país com autorização prévia do Estado, que a regula por meio da Superintendência Financeira da Colômbia. Segundo o autor, a crise financeira da década de 80 e alguns eventos que revelaram falta de rigor contábil dentro das seguradoras motivaram a edição do Decreto 2.160 de 1986, através da qual a contabilidade foi

regulamentada e o padrões de contabilidade padronizados. Depois, o setor segurador foi regido pelo Decreto 2.649 de 1993, que regulamentava tudo relativo ao exercício contábil da Colômbia.

Segundo Bonilla et al. (2019, p.92), a emissão da lei 1314 de 2009 foi o primeiro passo em direção à padronização dos normativos colombianos em direção ao IFRS. Neste momento, começaram os primeiros avanços na regulamentação contábil do setor de seguros implementando a tradução do IFRS 4 pela norma *Normas Internacionales de Información Financiera* (NIIF) 4 como norma provisória para este setor. No mês de maio de 2017, o IASB publicou o IFRS 17, que revoga o IFRS 4. Logo, foi proposto pelo órgão regulador que o mercado segurador colombiano adotasse o IFRS 17 (Traduzido para NIIF17) em Janeiro de 2021.

No que concerne ao Brasil, estão sendo realizadas discussões regulares para analisar os possíveis impactos do normativo IFRS 17, mas ainda não foi anunciado um modelo de contabilização dos contratos de seguro, fator necessário para criação de um modelo de divulgação de informações financeiras atualizado ao padrão IFRS. A ANS também está realizando discussões para regular a transição para o IFRS 17 nos seguros saúde. Diferente do caso analisado em Portugal, onde o ASF já possui uma agenda e um modelo definidos a serem adotados em fases pelo mercado de seguros, o Brasil ainda não apresenta esta agenda.

3.3.7 Bloco do Mundo Islâmico

De acordo com a *Shma Consulting* (2020), as normas IFRS já foram adotadas em países do Oriente Médio (incluindo o reino da Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Bahrein, Kuwait, Omã e outros), países asiáticos (Paquistão, Cingapura, Malásia, Índia, Sri Lanka, Tailândia, Hong Kong e outros) e em várias regiões.

A Arábia Saudita é o maior exportador de petróleo e gás natural do mundo. Segundo Nurunnabi (2014), existem três principais autoridades que regulam a profissão contábil na Arábia Saudita: A *Capital Market Authority* (CMA), que é responsável por regulamentar todas as empresas listadas; a *Saudi Arabian Monetary Authority* (SAMA) é responsável pela regulamentação de todos os Bancos e Seguradoras e a *Saudi*

Organization for Certified Public Accountants (SOCPA) é responsável pela emissão do GAAP saudita para todos os tipos de empresas. Atualmente, os bancos e seguradoras da Arábia Saudita são obrigados a apresentar relatórios em IFRS de acordo com os regulamentos da SAMA.

Em 2012, a SOCPA assumiu um projeto de transição para as IFRS (concluído em 2016) que exige que as entidades listadas divulguem suas demonstrações financeiras usando os "padrões nacionais que estão intimamente convergidos com as IFRSs completas" começando com as demonstrações financeiras preparadas para os períodos financeiros com início em 1 de janeiro de 2017. Adicionalmente, as entidades não cotadas foram igualmente obrigadas a elaborar seu conjunto de demonstrações segundo o IFRS para pequenas e médias empresas.

"Normas nacionais que estão intimamente convergidas com as IFRSs completas", conforme emitido pela SOCPA, são IFRSs com algumas opções removidas e alguns requisitos de divulgação adicionados, bem como normas e pronunciamentos adicionais endossados pela SOCPA para questões não cobertas por IFRSs, mas que são relevantes na Arábia Saudita (por exemplo, por motivos religiosos).

A transição para o IFRS e o processo de avaliação da adequação dos padrões individuais ao ambiente financeiro e de negócios saudita foi definido no Projeto SOCPA de Transição para Padrões Internacionais de Auditoria Contábil. Os padrões foram divididos em 14 grupos. Com base na avaliação inicial, foi relatado que 18 IFRSs eficazes correspondem diretamente aos padrões de contabilidade sauditas. Seis IFRSs são parcialmente cobertos pelos padrões de contabilidade sauditas; nove IFRSs não têm padrões de contabilidade sauditas correspondentes; e dois padrões de contabilidade sauditas não têm IFRS correspondentes. Em março de 2017, a SOCPA atingiu o terceiro estágio no plano de transição - revisou 37 normas e 14 normas foram endossadas para emissão local com modificações.

É possível compreender mais profundamente sobre os conceitos da *sharia* na adaptação do IFRS nos países islâmicos observando o caso de um país onde o órgão regulador que segue os preceitos do alcorão publica mais claramente sobre a fonte destas adaptações, como por exemplo a Malásia. O material de 2013 publicado pelo *Malaysian Accounting Standards Board* (MASB) esclarece alguns pontos que fazem seguidores religiosos da *shariah* (uma das regras do alcorão) desaprovarem o conceito de contrato de seguro: O

seguro pode ser visto como a venda de uma proteção pela seguradora ao segurado que paga um prêmio em contraprestação, porém proteção não é um assunto passível de venda na *shariah* e contém elementos proibidos como juros (*riba*), e como incerteza (*gharar*) e acaso/especulação (*maisir*), pois ou o segurado perde se os danos não ocorrem, ou a seguradora perde se os danos contratados ocorrem. Não obstante, sempre há assimetria entre investimento e indenização para o segurado, pois é da natureza mutualística do seguro ele pagar um prêmio menor do que a quantia que espera receber em sinistro (por exemplo na perda parcial de um seguro de veículo há variação do valor recebido que não é conhecida no momento do contrato).

Segundo o MASB, em países seguidores do alcorão, existe a venda de contratos *takaful* que seguem a *shariah* ao invés das regras da seguradora, com conceito semelhante ao seguro, porém o participante contribui para indenizar mutuamente os coparticipantes ao invés de pagar prêmio em troca da proteção pela seguradora. Desta forma, o participante do *takaful* transfere o risco para um grupo de participantes ao invés de transferi-lo para a seguradora. O MASB identifica em “*Takaful & IFRS on insurance contracts - MASB Islamic Finance Master Class 2013*” como as empresas emissoras do *takaful* devem se adequar aos princípios enunciados pelo IASB respeitando a *sharia*.

4. Considerações Finais

Tal como esperado pela literatura, as diferenças culturais levaram a estratégias diferentes para a transição em diversos países ao IFRS 17. Enquanto algumas nações adotaram primeiro todos os padrões IFRS relacionados a contratos de seguros anteriores, e depois um padrão equivalente ao normativo IFRS 17 (como por exemplo o Canadá), outros países permitiram que existissem diversos modelos de divulgação de informações financeiras durante a transição em um mesmo momento no mercado de seguros (nacional, IFRS 17, nacional adaptado e, em alguns casos por questões comerciais, até mesmo o US GAAP) como ocorreu no bloco de potências asiáticas que envolvem Japão e China. Outras nações tiveram e estão enfrentando ainda dificuldades para adaptar o padrão nacional de contabilidade ao IFRS 17 porque não seguiam outros padrões IFRS anteriores - como no caso da Índia que não se adaptou antes ao normativo de instrumentos financeiros do IASB e no caso dos Estados Unidos, com diferenças em relação ao US GAAP.

Atualmente, alguns países que não seguiam o IFRS (África do Sul, Japão e China) apresentam modelos de divulgação muito próximos do normativo ou até mesmo considerados equivalentes ao padrão IFRS 17. Por sua vez, Portugal e Espanha que também foram classificadas como não seguindo o IFRS (normativos em geral) em 2008, possuem agenda e metodologia definidas para adoção do normativo IFRS 17 em fases. Estas fases estão sendo aplicadas no mercado de seguros e discutidas com seus respectivos reguladores e entre outros países da união europeia. Como outro aspecto relevante a ressaltar, o conceito de seguro e as tradições culturais tiveram impacto grande em adaptações para equivalência ao IFRS 17, como no caso dos países islâmicos onde os componentes de juros e lucro dos contratos de seguros tem uma interpretação muito diferente por conta de uma manifestação de cultura representada pela religião - o Alcorão (*sharia*).

5. Referências Bibliográficas

ADHANA, Deepak - *Convergence of International Financial Reporting Standards (IFRS) in Indian Accounting Curriculum* - Alochana Chakra Journal, Volume IX, Issue IV, April/2020 – Maharshi Dayanand University - Institute of Management Studies & Research, Students - Publicado em de 12 mai de 2020. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3578821> Acesso em: 11 de ago. de 2020.

ANEASORONYE, Modestus. BUSINESSDAY (Ng.). *NAICOM inaugurates Working Group for effective implementation of IFRS 17*. Disponível em: <<https://businessday.ng/insurance/article/naicom-inaugurates-working-group-for-effective-implementation-of-ifrs-17>> Acesso em: 03 de ago. de 2020.

ASF. - IFRS 17 – Apresentação PCES. Publicado em 29 de Janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.asf.com.pt/NR/rdonlyres/5FBE8F98-3BC3-4BB9-911B-FBD4AC73A92C/0/IFRS17Apresenta%C3%A7%C3%A3o29012020.pdf>> Acesso em: 30 de ago, de 2020.

BONILLA, Carlos Orlando Rico. MONTTOYA, Luz Dary Ocampo. FRANCO, Blanca Myrian Navarrete. LAVERDE, Miguel Ángel Sarmiento. - *La comparabilidad de la información financiera en Colombia tras su convergencia con los ifrs. El caso de las propiedades, planta y equipo de las empresas cotizantes*- Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/inno/v30n76/0121-5051-inno-30-76-91.pdf>> Acesso em: 16 de ago. de 2020.

CARMO, Carlos Henrique Silva. RIBEIRO, Alex Mussoi. CARVALHO, Luiz Nelson Guedes- *Convergência de fato ou de direito? A influência do sistema jurídico na aceitação das normas internacionais para pequenas e médias empresas* - Rev. contab. finanças. vol.22 no.57 São Paulo. set./dez. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772011000300002&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 29 de ago. de 2020.

CBR (Ru.). - *Preparation for implementing International Financial Reporting Standard Insurance Contracts* – Bank of Russia. Publicado em 4 de jun. de 2018. Disponível em: <http://www.cbr.ru/eng/press/pr/?file=05062018_145613eng2018-06-05t14_55_35.htm> Acesso em: 13 de ago. de 2020.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguros – Correlação às Normas Internacionais – IFRS17. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Audiencias/148_CPC_50_Audiencia%20-%20final.pdf > Acesso em: 23 de ago. de 2020

CURVELLO, Rodrigo. CALDAS, Gabriel. RODRIGUES, Adriano– Contabilidade dos Contratos de Seguro / Série Textos Didáticos - Rio de Janeiro - Escola Nacional de Seguros (ENS) – FUNENSEG, 2016. Disponível em: <<https://www.ens.edu.br/arquivos/contabilidadedosscontratosdeseguro.pdf>> Acesso em: 8 de jul de 2020.

DEFOND, Mark. GAO, Xinzi. LI, Oliver Zhen. XIA, Lijun – *IFRS adoption in China and foreign institutional investments* - China Journal of Accounting Research – Publicado em 08 de out. de 2018. P 1–32. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1755309118301485#:~:text=We%20find%20no%20evidence%20of,listed%20firms%20after%20IFRS%20adoption.&text=As%20expected%2C%20we%20find%20that,manipulate%20IFRS's%20fair%20value%20provisions>> Acesso em: 23 de ago. de 2020.

DELOITTE. (Cn.). *Implementing IFRS 17 in China. - The latest edition of Deloitte's Insurance Accounting Insights* – Country in focus has put the spotlight on China to explore the practical implications for insurers in China by focusing on the differences between reporting under PRC GAAP and reporting under IFRS 17. Disponível em :

<<https://www2.deloitte.com/cn/en/pages/financial-services/articles/implementing-ifs-17-in-china.html>> Acesso em: 01 ago. 2020.

DELOITTE 2020a (En.) – Financial Reporting Framework in Spain -the process of adapting to IAS. Disponível em: <<https://www.iasplus.com/en/jurisdictions/europe/spain>> Acesso em: 15 de set. de 2020.

DELOITTE, *Implementing IFRS 17 in South Africa – 2017* Disponível em:<<https://www2.deloitte.com/za/en/pages/financial-services/articles/implementing-ifs-17-in-south-africa.html>> Acesso em : 07 de jan. de 2021.

DELOITTE 2020b - Regional Consulting Services Limited (Russia) - *Financial Reporting Framework in Russia – 2020* - Disponível em: <<https://www.iasplus.com/en/jurisdictions/europe/russia> > Acesso em: 30 de ago. de 2020.

DOMÍNGUEZ, Jhon Jairo González. DIAZ, Omar – *Efecto en la Aplicación de la NIIF 17 Contratos de Seguros- Fundación Universidad de Bogotá Jorge Tadeo Lozano – Especialización em Estándares Internacionales de Contabilidad y Auditoria – Bogotá. Publicado em 25 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://expeditiorepositorio.utadeo.edu.co/bitstream/handle/20.500.12010/8312/Trabajo%20de%20grado.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=Uno%20de%20los%20efectos%20en,situaci%C3%B3n%20financiera%20se%20indica%20la>> Acesso em: 27 de jul. de 2020.*

GUPTA, Debaditya. TATA CONSULTANCY SERVICES. *White Paper - IFRS 17 Compliance: Bridging the Gap – IFRS 17 and US GAAP – understanding the key differences* (2020) – Disponível em < <https://www.tcs.com/evaluating-the-impact-of-ifs17-on-insurers> > Acesso em: 03 de jul. de 2020.

IASB 2020a. IFRS (Org.). *Why global accounting standards?* – 2020 - Disponível em: <<https://www.ifrs.org/use-around-the-world/why-global-accounting-standards>> Acesso em: 9 de jul. de 2020.

IASB 2020b. IFRS (Org.). – *Who we are?* – Disponível em: <<https://www.ifrs.org/about-us/who-we-are>> Acesso em: 9 de jul. de 2020.

IASB. IFRS (Org.). – *Pocket Guide to IFRS Standards: the global financial reporting.* Disponível em: <<https://www.ifrs.org/news-and-events/2017/05/3-pocket-guide-to-ifrs-standards-the-global-financial-reporting-language>> Acesso em: 3 de set. de 2020.

IASB. IFRS (Org.). - IFRS Foundation Conference in Frankfurt. Alemanha, 2018. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/news-and-events/2018/ifrs-standards-conference-frankfurt>> Acesso em: 14 de Jul. 2020.

IASB. IFRS (Org.). – *Insurance Contracts - IFRS 17 incorporating the June 2020 amendments* – Publicado em 10 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://cdn.ifrs.org/-/media/project/amendments-to-ifrs-17/ifrs-17-incorporating-the-june-2020-amendments.pdf?la=en>> Acesso em: 13 de ago. de 2020.

IASB. IFRS (Org.).- *Insurance Contracts – Final Stage* – Publicado em Maio de 2017. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/projects/2017/insurance-contracts>> Acesso em: 19 de jul de 2020.

IVAN, Darryl. AMRI, Mahdi. D'ECORE, Nat. - IFRS 17 coloca o foco nas seguradoras - SAS (Com.) - Disponível em: <https://www.sas.com/pt_br/insights/articles/risk-fraud/ifrs17-turns-focus-to-insurance-providers.html> Acesso em: 28 de ago. de 2020.

KHAN, Shahid. ABDOU, Khaled. GHOSH, Sudip - *Mandatory adoption of IFRS and its effect on International stock listings in Canada* - Pennsylvania State University. Berks.

Pennsylvania. USA – Journal of Financial Regulation and Compliance - Vol. 28 No. 3, 2020 pp. 409-429 Emerald Publishing. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JFRC-01-2020-0010/full/pdf?title=mandatory-adoption-of-ifs-and-its-effect-on-international-stock-listings-in-canada>> Acesso em: 18 jul. 2020.

KPMG Assurance and Consulting Services LLP – *IRDAI defers the effective date for Implementation of Ind AS in the insurance sector till further notice*. Publicado em 24 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://home.kpmg/in/en/home/insights/2020/01/firstnotes-ind-as-implementation-insurance-sector-irdai.html>> Acesso em: 13 de ago. de 2020.

KPMG. Guia Prático IFRS17. Disponível em: <<https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2018/02/guia-ifs-17.html>> Acesso em: 11 de jul. de 2020.

MASB (Org.). *Takaful & IFRS on insurance contracts - MASB Islamic Finance Master Class* 2013. Disponível em: <http://www.masb.org.my/pdf.php?pdf=2013%20Master%20Class%20-%20Takaful%20FINAL_for%20web.pdf&file_path=pdf> Acesso em: 24 de ago de 2020.

MASCA, Ema - *Influence of Cultural Factors in Adoption of the IFRS for SMEs* - Procedia Economics and Finance, Vol 3, pp 567 – 575, 2012. Disponível em <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212567112001979>> Acesso em: 22 dez. 2020.

MARTINS, Eliseu, MARTINS, Vinícius A., MARTINS, Éric A. - *NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL: ENSAIO SOBRE SUA EVOLUÇÃO E O PAPEL DO CPC - RIC/UFPE* - Revista de Informação Contábil - Vol. 1, no 1 p. 7-30, set/2007 – Disponível em: <

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/7724/7810>> Acesso em : 7 de dez. de 2021.

MOODY'S ANALYTICS. CONN, Gavin. FIHRER, David. HANNIBAL, Cassandra - *IASB Chair Speaks on Adoption of IFRS Standards Including IFRS 17 – by Regulatory News*. 28 de Jun.2018. Disponível em <<https://www.moodyanalytics.com/regulatory-news/june-28-18-iasb-chair-speaks-on-adoption-of-ifs-standards-including-ifs-17>> Acesso em : 20 jul. 2020.

NIYAMA, Jorge Katsumi , COSTA, Patrícia de Souza , AQUINO, Ducineli Régis Botelho - Principais Causas das Diferenças Internacionais no Financial Reporting: Uma Pesquisa Empírica em Instituições de Ensino Superior do Nordeste e Centro-Oeste do Brasil (p. 1-17) ANPAD - 2005. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/9/enanpad2005-fica-1936.pdf > Acesso em : 7 de jul. de 2020.

NOBES, Christopher W. - *Accounting Classification in the IFRS Era* -School of Management, Royal Holloway, Egham TW20 0EX, United Kingdom- Australian Accounting Review No. 46 Vol. 18 Issue 3, 2008. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1835-2561.2008.0024.x>> Acesso em: 26 de ago. de 2020.

NOBES, Christopher - *Towards a General Model of the Reasons for International Differences in Financial Reporting* - ABACUS, Vol. 34, No. 2, 1998 pp.162-187. Disponível em < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-6281.00028> > Acesso em : 15 nov. 2020.

NOBES, Christopher W. ZEFF, Stephen A. - *Have Canada, Japan and Switzerland Adopted IFRS?* – Australian Accounting Review – Royal Holloway (University of London), University of Sydney and Rice University, Texas. Publicado em 2016.

Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/auar.12131>> Acesso em: 13 de ago. de 2020.

NURUNNABI, Mohammad- *Perceived costs and benefits of IFRS adoption in Saudi Arabia: An exploratory study* -Research in Accounting Regulation 30 (2018) 166–175- Prince Sultan University, Riyadh, Saudi Arabia- St Antony's College, University of Oxford, United Kingdom. Publicado em 18 de set. de 2018. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1052045718300250>> Acesso em: 22 de ago. de 2020.

OLIVEIRA, Ana Carolina Borges – Diferenças e Semelhanças entre os sistemas da Civil Law e Common Law- Academia Brasileira de Direito Constitucional de Curitiba - 2014, vol. 6, n. 10, Jan.-Jun. p. 43-68. Disponível em: <<http://www.abdconst.com.br/revista11/diferencasAna.pdf>> Acesso em: 28 de ago. de 2020.

ORIMISAN, Bankole. The Guardian. Business News. (Ng.). - *FG inaugurates working group to drive IFRS 17*. 09 de Mar. de 2020, 04:16 am. Disponível em: <<https://guardian.ng/business-services/fg-inaugurates-working-group-to-drive-ifrs-17>> Acesso em: 10 de jul. de 2020.

OSFI. (Ca.). - *IFRS 17 Transition and Progress Report Requirements for Federally Regulated Insurers*. Pronunciamento emitido em Maio/2018 e revisado em Setembro/2020. Disponível em: < <https://www.osfi-bsif.gc.ca/Eng/Docs/ifrs17.pdf> > Acesso em: 07 set. 2020.

OSFI. (Ca.). - *Update on OSFI's Activities with respect to IFRS 17 - Insurance – A-Contracts Impact of COVID-19 on OSFI's IFRS 17 Project*. Pronunciamento emitido em 07 de Ago. de 2020. Disponível em : < <https://www.osfi-bsif.gc.ca/Eng/Docs/ifrs17-let20.pdf> > Acesso em : 07 de Ago. de 2020.

PWC - IFRS17 a espera Acabou – Mudanças Contábeis para Seguradoras – Disponível em: <<https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/auditoria/2017/ifrs17-chegando-17.pdf>> Acesso em: 19 de jul. de 2020.

SELLAMI, Yosra Mnif. SLIMI, Imen - *The effect of the mandatory adoption of IAS/IFRS on earnings management: Empirical evidence from South Africa - International Journal of Accounting and Economics Studies*- 2016. P 87-95. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Yosra_Sellami/publication/304339702_The_effect_of_the_mandatory_adoption_of_IASIFRS_on_earnings_management_Empirical_evidence_from_South_Africa/links/5933b838a6fdcc89e7d2485d/The-effect-of-the-mandatory-adoption-of-IAS-IFRS-on-earnings-management-Empirical-evidence-from-South-Africa.pdf> Acesso em: 25 de ago. de 2020

SHIMA, Kim M. YOUNG, David C – Factors Affecting the Adoption of IFRS - *International Journal of Business*, 17(3), 2012 - ISSN: 1083-4346. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1071.6861&rep=rep1&type=pdf>> Acesso em 07 jan 2020.

SILVA, Francisco J. F. COUTO, Gualter - *Measuring the Impact of International Financial Reporting Standards (IFRS) in Firm Reporting: The Case of Portugal*. Publicado em 28 de mar. de 2007. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=969972> Acesso em: 17 de ago. de 2020.

SUSEP 2020a. Relatório Mensal do Mercado Supervisionado. 10 de mar. de 2020. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/menuestatistica/SES/relatorios-2019/releasemensal-mar2020.pdf>> Acesso em: 27 de jul. de 2020.

SUSEP – Comissão Contábil – 25/04/2019 - Subcomissão do IFRS 17. Disponível em:
< <http://www.susep.gov.br/setores-susep/cgsoa/comissoes/comissao-contabil>> Acesso
em: 23 de jul. de 2020.